



Fl. **003**

2018.04.27

MUNICÍPIO DE TAROUCA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N° 4 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAROUCA DE 27 DE ABRIL DE 2018

Aos vinte e sete dias do mês de abril de dois mil e dezoito, nesta Cidade de Tarouca, e salão nobre dos Paços do Município, pelas catorze horas e quarenta e cinco minutos, teve lugar uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Tarouca, sob a presidência do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Rui Manuel da Costa Pereira, coadjuvado pelos membros Anabela de Sousa Campos Santos Carvalho e Carlos Alberto dos Santos Assunção Teixeira, primeiro e segundo secretários, respetivamente.

Estiveram ainda presentes para além dos supramencionados, os seguintes membros:

- Membros eleitos diretamente:

- António Luís Carrapa Sarmento; Manuel Leite dos Santos; Liliana Luísa Dias Monteiro; João Miguel Oliveira Sarmento; José António Amaro Nunes; Carlos Alberto Moura Cabral; Tiago José Gomes Ildefonso e Pompeu Ventura Sorrilha.

- Presidentes de Junta de Freguesia:

- Rufino Marcelo Queirós; Manuel Francisco Alves Pinto Laranjo; Tiago Jorge Martins Eusébio; Manuel do Carmo Ferreira; Balduino do Carmo Fonseca, Tesoureiro da Junta de Freguesia da União de freguesias de Gouveias e Ucanha, em substituição de João Manuel Santos Félix; Vítor Alexandre Cardoso Ferreira; e Rui Fernando Guedes Raimundo.

Não compareceram os seguintes membros: Luís Gonzaga de Lemos Pereira Leite; Liliana Matias Soares, José Manuel de Andrade Oliveira; e Sara Maria Paiva da Guia.

Verificou-se ainda a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal e dos Senhores Vereadores José Damião Lopes Guedes de Melo, José Bruno Gouveia Cardoso e Susana Cristina Dias Pereira, não tendo comparecido o Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias.

Verificou-se também a presença da Coordenadora Técnica, Ana Maria Guerra Borges, designada para lavrar as atas e as minutas da Assembleia Municipal, no mandato autárquico de 2017 - 2021.

Chamou a atenção do público presente para o facto de se poderem inscrever, para o primeiro momento do período de intervenção do público.

Passou-se de imediato à discussão da agenda de trabalhos que se segue:

❖ PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

❖ Tomada de posse de novo membro da Assembleia Municipal;

❖ Apreciação e votação da ata nº 3 da sessão ordinária de 23.02.2018;

❖ Intervenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal: Informações.

❖ **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (1º momento)**

❖ **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA (continuação)**

❖ Intervenção dos membros da Assembleia nos termos do art. 17º do Regimento.

❖ **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

1. Apreciação do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais do Município e respetiva avaliação, relativo ao ano de 2017;

2. Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas referentes ao ano de 2017, acompanhados da certificação legal de contas e do parecer sobre as mesmas, apresentados pela sociedade de revisores oficiais de contas "BDO & Associados, SROC, Lda.";

3. Apreciação e votação do 1º relatório semestral sobre a execução do Plano de saneamento ajustado - empréstimo destinado a saneamento financeiro no montante de € 5.136.622,73, contratado em 24.04.2017;

4. Discussão e votação do pedido de autorização para contratação de um empréstimo a curto prazo até ao montante de € 300.000,00, no período de vigência do orçamento para 2018;

5. Discussão e votação da proposta de autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais inerentes ao fornecimento de energia elétrica em Média Tensão (MT), Baixa Tensão Especial (BTE) e Baixa Tensão Normal (BTN) para as diversas instalações do Município, no valor anual de 498.446,37 €;

6. Apreciação e votação da proposta de nomeação da sociedade de revisores oficiais de contas, "BDO & Associados, Sociedade de Revisores de Contas, Lda.", como auditora externa responsável pela certificação legal de contas, nos termos dos artigos 76º e 77º da lei nº 73/2013, de 03.09, para os anos de 2018 e 2019;

7. Apreciação das declarações emitidas ao abrigo do nº 1 do art. 15º da Lei nº 8/2012, de 21.02:

a. compromissos plurianuais existentes a 31 de dezembro de 2017 - declaração;

b. recebimentos em atraso existentes a 31 de dezembro de 2017 - declaração;

c. pagamentos em atraso existentes a 31 de dezembro de 2017 - declaração.

8. Apreciação da informação respeitante à autorização prévia genérica para assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação - Informação referente ao período de 10.02.2018 a 16.04.2018;



Fl. 004

2018.04.27

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

9. Apreciação do Relatório de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias constantes da Lei n° 24/98, de 26 de maio, referente ao ano de 2017;

10. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, da respetiva situação financeira e dos resultados da participação do Município nas empresas locais e em quaisquer outras entidades (alíneas b) e c) do n° 2 art. 25° da Lei n° 75/2013, de 12.09).

❖ **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (2° momento)**

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

TOMADA DE POSSE DE NOVO MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal explicou que na sequência da comunicação de renúncia ao mandato apresentada pelo membro João Filipe Lopes Correia, datada de dezanove de março de dois mil e dezoito, a qual será arquivada sob o número cinco, do maço de documentos número um do livro de atas número doze, e nos termos do disposto no número quatro, do artigo setenta e seis da Lei n° 169/99, de 18.09, com as alterações introduzidas pela Lei n° 5-A/2002, de 11.01, se procedeu à convocação da eleita Letícia Alexandra Figueiredo Macovei, que se seguia na ordem da respetiva lista. Contudo, esta eleita, por email datado de três de abril de dois mil e dezoito, informou que, por motivos profissionais, não iria tomar posse, o qual ficará arquivado sob o número seis, do maço de documentos número um do livro de atas número doze. Por esse motivo, foi convocado de imediato o eleito que se seguia na respetiva lista, Ana Palmira Botelho Figueiredo, que também informou por email datado de nove de abril de dois mil e dezoito que, por motivos profissionais, não iria tomar posse, o qual ficará arquivado sob o número sete, do maço de documentos número um do livro de atas número doze. Procedeu-se, por isso, de imediato a nova convocação do membro que se seguia na respetiva lista, Pompeu Ventura Sorrilha, para que ainda pudesse tomar posse nesta sessão e que se encontra presente.

Verificou de seguida a legitimidade e a identidade do membro Pompeu Ventura Sorrilha, mediante a exibição do cartão de cidadão número 5654981, válido até doze de setembro de dois mil e dezoito, filho de Manuel da Silva Sorrilha e de Lucília Ventura, de cinquenta e sete anos de idade, casado, professor, residente no lugar do Prado, em Tarouca, freguesia de União de Freguesias de Tarouca e Dálvares, deste Concelho, tendo-o considerado investido nas suas funções de membro desta Assembleia Municipal.

De seguida, deu as boas vindas ao novo membro, certo de que irá contribuir positivamente para uma causa que é comum a todos, que é o de trabalhar em prol de Tarouca,

independentemente de ideias diferentes. Referiu que lhe irá ser facultado o Regimento, que contém as normas de funcionamento do órgão.

Informou ainda que foi acordado entre todos os membros não haver tratamento pelos títulos académicos.

APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ATA Nº 3 DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 23.02.2018

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à discussão do plenário a ata número três da sessão ordinária de vinte e três de fevereiro de dois mil e dezoito, cuja leitura foi dispensada, em virtude do texto ter sido distribuído previamente a todos os membros da Assembleia Municipal.

Foram solicitadas as seguintes alterações à ata:

- O membro **Carlos Alberto Moura Cabral** solicitou a seguinte alteração: página noventa e sete, onde se lê "impostos" deve ler-se "juros";

- O membro **José António Amaro Nunes** solicitou a seguinte alteração: nas suas intervenções feitas no período de antes da ordem do dia onde se lê "Associação de Pais e Encarregados de Educação" deve ler-se "Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Tarouca".

Não tendo sido apresentadas outras alterações, procedeu-se à votação da ata número três da sessão ordinária de vinte e três de fevereiro de dois mil e dezoito, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade, com as alterações introduzidas.

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: INFORMAÇÕES.

O Senhor Presidente da Assembleia informou que recebeu a seguinte correspondência:

- Clube de Tiro Douro Sul - convite para a Prova de Tiro Dinâmica - OPEN 2018;

- Inter Tarouca - Convite para o 10º Aniversário do Clube, no qual esteve presente;

- Jornal do Centro - Convite para a celebração da Primavera, no qual não lhe foi possível estar presente;

- Santa Casa da Misericórdia de Tarouca - convite para o Concerto Comemorativo do Ano Internacional do Património Cultural, no qual esteve presente a Primeira Secretária.

- Associação Cultural de S. João de Tarouca - convite para o evento da Rota dos Moinhos de Cister, no qual esteve presente, tendo dado os parabéns pela realização do mesmo. Referiu que este projeto foi premiado com o segundo lugar no Congresso da Cidadania do ano findo e foi agora apresentado pela Associação. Considera que foi um dia muito interessante para a promoção da salvaguarda daquele património, esperando que esta Rota dos Moinhos se consolide e seja um ponto de visita para os Tarouquenses e para quem nos visita;



Fl. 005

2018.04.27

MUNICÍPIO DE TAROUCA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Associação Filarmónica de Salzedas - Comemorações do 188º aniversário da Associação, no qual esteve também presente e que foi muito interessante.

- Convite da Santa Casa da Misericórdia de Tarouca para o Colóquio sobre a Segurança contra Incêndios em Edifícios, que se realizará nesta tarde, e que teria muito interesse, mas não é possível estar presente.

- Carta dos familiares do falecido João Carlos de Barros Carvalho agradecendo o voto de pesar que foi enviado.

- Ofício do Grupo Parlamentar do PSD sobre o projeto de resolução para construção de ligação rodoviária em perfil de autoestrada entre Viseu e Coimbra, garantindo uma solução não portajada, a qual vai ser enviada a todos os membros para conhecimento.

Informou ainda que foi realizada a primeira reunião da Comissão Permanente do órgão, com a participação da Mesa e dos líderes dos Grupos Municipais;

Referiu que participou com muito gosto nos Concertos da Missa Brevis, como elemento do Coro, organizados pela Associação Filarmónica de Tarouca, que tem sido uma experiência fantástica. Dando os parabéns a todos os cidadãos que durante três meses ensaiaram e se esforçaram para que fosse concretizado este projeto.

Deu conhecimento que tomou posse na Assembleia Intermunicipal da CIMDouro, no passado dia 23 de abril, como membro indicado por este órgão.

Em relação às comemorações do 44º aniversário do 25 de abril, disse que entende que foi um dia extraordinário carregado de emoção e de simbologia, em que se comemorou a liberdade e a cidadania. Salientou o enorme orgulho que teve ao ver as cinco Bandas do Concelho a tocar em conjunto, em sinal de união, quer no hastear das Bandeiras, quer no transporte das Bandeiras, momento que entende que deve ser encarado com elevada solenidade, tendo em consideração que simboliza o transporte do poder, que os cidadãos lhes confiaram, de um local para o outro.

Reiterou os seus agradecimentos às cinco Bandas de Música pela sua dedicação, aos Bombeiros Voluntários de Tarouca pela prestimosa colaboração, à Academia de Música e ao coro infantil pela recriação histórica-musical, à Associação BTT pela organização da caminhada, aos colaboradores do Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal, à Chefe do Gabinete de Apoio ao Presidente da Câmara, aos colaboradores que confeccionaram o almoço-convívio, aos colaboradores do Auditório Municipal e a todas as Associações do Concelho que compareceram e participaram no percurso do transporte das bandeiras.

Relativamente à sessão solene, que decorreu durante a tarde, salientou as intervenções dos líderes dos grupos municipais, por terem sido pequenas e com mensagens interessantes; a

atuação da Academia de Música, que foi um momento muito lindo e a cerimónia de entrega dos prémios aos melhores alunos do Agrupamento de Escolas de Tarouca, porque é um sinal claro de que a educação no Concelho está a evoluir positivamente, o que entende que é muito importante pois a educação é um pilar fundamental em qualquer organização. Lamentou apenas que os Senhores Vereadores da oposição não tivessem podido estar presentes nas comemorações durante a tarde.

Em termos de balanço, disse que entende que foi um dia bonito, salientando que os aspetos que correram menos bem serão corrigidos no futuro.

Concluiu, informando que foram apresentadas justificações de falta à presente reunião pelos seguintes membros: - Luís Gonzaga de Lemos Pereira Leite; Liliana Matias Soares, José Manuel de Andrade Oliveira; Sara Maria Paiva da Guia, as quais foram aceites pela Mesa e serão arquivadas sob os números um a quatro, respetivamente, no maço de documentos número um, do livro de atas número doze.

Concluída a sua intervenção e verificando-se que não houve inscrições para o 1º momento do período de intervenção do público, passou-se de seguida à

INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA NOS TERMOS DO ART. 17º DO REGIMENTO

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início à intervenção dos membros da Assembleia, nos termos do artigo dezassete do Regimento.

O membro José António Amaro Nunes disse que pretende apresentar um voto de pesar pelo falecimento de Nelson da Costa Santos, solicitando que a apresentação do mesmo não contasse no seu tempo de intervenção, a exemplo do que aconteceu na anterior reunião.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que a Mesa não vê qualquer inconveniente no facto de a apresentação do voto de pesar não contar para o tempo de intervenção.

Passou-se de seguida à intervenção dos seguintes membros inscritos para o efeito:

- **Vítor Alexandre Cardoso Ferreira** - Lembrou as intempéries que fustigaram o Concelho, no passado dia 28 de fevereiro, agradecendo a todos os colaboradores da União de Freguesias de Granja Nova e Vila Chã da Beira, que, em conjunto com os Bombeiros e alguns trabalhadores do Município, conseguiram rapidamente desobstruir as vias principais e resolver as necessidades mais prementes, agradecendo a todos o empenhamento. Contudo, foram muitos os caminhos obstruídos e em alguns estão ainda a decorrer as limpezas.

- **Rui Fernando Guedes Raimundo** - Disse que gostou muito das comemorações do 25 de Abril, pela sua simplicidade e simbolismo, cujo balanço final julga que foi excelente.



Fl. 006

2018.04.27

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Referiu que foi questionado na sua Assembleia de Freguesia sobre as seguintes questões, que dizem respeito ao Município, mas que foram ali colocadas por um membro, por entender que o Presidente de Junta é o elo de ligação entre as duas instituições:

- A primeira questão colocada foi sobre a iluminação pública com Leds, à qual respondeu de acordo com o conhecimento que tinha, conforme a informação que tem sido dada neste órgão;

- A segunda questão colocada teve a ver com um pedido de informação sobre o funcionamento da Associação Empresarial de Tarouca e mais propriamente sobre o uso das instalações, por considerarem que devia ser dada outra utilidade às mesmas. Na sua resposta informou que desconhecia o que se passava, mas que entendia que os primeiros a serem questionados deviam ser os empresários, porque são eles os maiores interessados. Disse ainda que quis deixar aqui este alerta para que tenham conhecimento.

- **Tiago José Gomes Ildefonso** - No que respeita aos eventos que decorreram no Concelho após a última sessão deste órgão, iniciou por felicitar a Associação BTT pela realização da prova de III Duetlo e II Aquatlo Vale do Varosa, que trouxe a Tarouca muita gente, enaltecendo a beleza do Concelho.

Felicitou ainda as seguintes Associações: a Associação Filarmónica de Tarouca pela realização dos concertos da Missa Brevis, em S. João de Tarouca e Salzedas; a Associação Desportiva e Recreativa Tarouquense pela subida para a divisão de Honra; e a Associação Filarmónica de Salzedas pela comemoração dos seus 188 anos de existência, considerando que todos os Tarouquenses ganham com estes eventos.

Alertou para as Associações fantasmas que existem neste Concelho, e que não funcionam durante todo o ano, ou que apenas servem para fazer um jantar anual, ocupando espaços do Município que outras instituições podiam utilizar. Disse ainda que sabe que a Câmara Municipal não poderá intervir diretamente para resolver esse problema, contudo quis deixar aqui esta reflexão, para que se tente encontrar uma solução.

- **Liliana Luísa Dias Monteiro** - Deu os parabéns ao Município pela divulgação que tem vindo a ser feita do nosso Concelho, nomeadamente do seu património, da cultura e das suas tradições, tendo dado como exemplo a participação na BTL que é uma referência na área do turismo e onde foi dado a conhecer o nosso Concelho e a sua gastronomia.

Destacou o apoio dado pelo Município ao associativismo, que também tem um papel importante na divulgação do Concelho, tendo destacado o projeto da Rota dos Moinhos, promovido pela Associação Cultural de S. João de Tarouca, que foi apresentado em sete de abril corrente. Explicou que aquele projeto teve uma aceitação muito boa por parte da população,

o qual visa também a participação da comunidade na sua concretização.

Concluiu dizendo que espera que o Município continue a apoiar as Associações, tendo em conta o papel que têm no desenvolvimento do Concelho, porque sem esse apoio é muito difícil realizarem muitas das suas atividades.

- **Carlos Alberto Moura Cabral** - Em relação às comemorações do 25 de Abril, disse que foi comemorada a liberdade em democracia, fazendo votos para que assim continue a ser.

Disse que presenciou uma situação de limpeza da copa de árvores por trabalhadores do Município, com alguma falta de segurança, tendo sugerido que fosse utilizada a plataforma elevatória dos Bombeiros para esse efeito, a fim de estarem mais protegidos na execução daqueles trabalhos.

- **José António Amaro Nunes** - Explicou que a plataforma elevatória dos Bombeiros foi adquirida através de um protocolo celebrado com as Freguesias do concelho, para a qual todas contribuíram, e tem sobretudo a missão da colaboração estreita com todas as Instituições do Concelho, sem qualquer custo, e, por isso, está disponível para a realização desses trabalhos.

Relativamente às comemorações do 25 de Abril, disse que, apesar de ter sido bom ouvir o excelente concerto da Academia de Música e da parte solene ter decorrido com a máxima elevação e dignidade, entende que se deveria reinventar a comemoração desse dia, pois julga que se deveriam envolver mais as pessoas, uma vez que é o dia do povo e deveria ser um dia de festa e de convívio.

Informou que Tarouca terá a partir de amanhã mais um veículo de combate a incêndios, que custou cerca de duzentos mil euros e que foi adquirido pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários através de uma candidatura ao POSEUR, e com a participação também do Município, a quem agradeceu a colaboração em nome da Associação.

Referiu que se sentiu feliz por ter ouvido o Diretor do Agrupamento, no Conselho Geral do Agrupamento de Escolas, informar que o Jardim de Infância do Castanheiro do Ouro não iria encerrar, ao contrário do que se ouvia dizer. Agradecendo por esse facto ao Senhor Presidente da Câmara, tendo em conta o superior interesse das crianças, porque é um edifício que foi construído de raiz propositadamente para funcionar como Jardim de Infância, com condições únicas para o efeito.

Deu os parabéns à Associação Filarmónica de Tarouca pela realização dos Concertos da Missa Brevis, que foi uma iniciativa extraordinária, tendo sido uma grande satisfação ver tantas pessoas a participar.

Deu ainda os parabéns à Associação Filarmónica de Salzedas pela comemoração dos seus 188 anos de existência.

007
Fl. _____

2018.04.27

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

- **António Luís Carrapa Sarmiento** - Referiu que as várias iniciativas que têm surgido no Concelho, desde a última sessão, e a sua heterogeneidade, merecem destaque, designadamente: o Duatlo e Aquatlo; a Rota dos Moinhos, que será mais um espaço de atração turística no Concelho; os concertos da Missa Brevis; a subida à divisão de Honra da Equipa do Tarouquense; os 188 anos da Banda de Salzedas; entre outras, pois são iniciativas que de forma diversificada ajudam a divulgar o Concelho.

Salientou a participação do Município na Bolsa de Turismo de Lisboa, que é muito importante para a promoção do nosso território, e com o *show-cooking* julga que foi conseguida uma boa promoção.

Quanto às comemorações do 25 de Abril, considera que deve ser valorizada a solenidade de todos os atos que decorreram, desde o hastear das bandeiras, com a presença das cinco bandas, a caminhada, o transporte das bandeiras e a sessão solene. Salientou que um ato solene impõe que haja solenidade, especialmente, da parte dos eleitos, porque representam o povo, e funcionam como um exemplo para todas as pessoas que participam nesses atos. Ora, na sua opinião, nem todos os eleitos estiveram à altura da solenidade que o 25 de Abril e os diversos momentos da sua comemoração exigiam, pois, por exemplo, a solenidade do transporte das bandeiras em nada se coaduna com o uso de telemóveis ou a solenidade na sessão solene não se coaduna com ruídos constantes ou conversas paralelas, para além de que exigiam a presença de todos os eleitos, porque representam uma parte da população do Concelho que os elegeu.

Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal** que iniciou por dar as boas vindas ao novo membro do órgão, Pompeu Ventura Sorrilha, porque entende que vai enriquecer este órgão, fazendo votos para que, em conjunto, possam fazer o melhor pelas gentes da nossa terra. Referiu que, efetivamente, as intempéries no Concelho foram assustadoras e só com o envolvimento de todos se conseguiu de uma forma rápida desimpedir as vias de circulação, agradecendo ao Senhor Vice-Presidente pela disponibilidade manifestada para acompanhar os trabalhos e a todos os que colaboraram, nomeadamente aos bombeiros, aos funcionários e aos Senhores Presidentes de Junta, porque só assim se conseguem atingir os objetivos.

Deu os parabéns ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal pelas comemorações do 25 de Abril, pela forma simples, mas bonita como decorreram, tendo-se congratulado com as intervenções de todos os representantes dos Grupos Municipais, pois o mais importante é que exista um bom relacionamento entre todos.

Quanto à questão da Associação Empresarial de Tarouca, informou que já teve uma conversa com o respetivo Presidente da Direção, no sentido de ser resolvida a questão.

Relativamente aos Concertos Missa Brevis, disse que ficou muito emocionado com os espetáculos a que assistiu, tendo ficado completamente rendido à qualidade da Banda Musical e do Coro. Enalteceu o papel do maestro Rui Lima, cujo trabalho, empenho e dedicação entende que merece destaque.

Em relação às Associações do Concelho que não têm atividade, disse que realmente existem, tendo explicado que a Câmara Municipal é criteriosa na atribuição de subsídios, pois só são atribuídos mediante as atividades apresentadas nos respetivos planos de atividade. Mantendo-se atentos às que trabalham e que por isso são apoiadas, quer em termos de instalações, quer de apoios financeiros.

Destacou o projeto da Rota dos Moinhos, realizado pela Associação Cultural de S. João de Tarouca, o qual merece todo o apoio do Executivo, porque é uma referência aos nossos antepassados e ao património cultural do Concelho.

Ao membro Carlos Alberto Moura Cabral agradeceu a sua preocupação, tendo referido que irá alertar os funcionários, pois sabe que a plataforma dos Bombeiros está sempre disponível para os trabalhos do Município, que é um parceiro essencial da Associação.

Quanto ao Jardim de Infância do Castanheiro do Ouro, disse que teve conhecimento de uma manifestação contra o seu encerramento, a qual o deixou surpreendido e até triste, uma vez que ainda nada foi decidido sobre o assunto. Considera que é um assunto a ser discutido e devidamente analisado, salientando que seria incapaz de encerrar aquele edifício, sem antes falar com os pais das crianças. Por isso, não entende como é que alguém pode antecipar uma decisão que ainda não está tomada, até porque tem de se aguardar pelo número de inscrições para o próximo ano letivo.

Concluiu dando os parabéns à Associação Desportiva e Recreativa Tarouquense pela subida do Clube para a Divisão de Honra.

Terminadas as intervenções no período de antes da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação do plenário o seguinte voto de pesar, após ter sido apresentado pelo membro José António Amaro Nunes:

"VOTO DE PESAR

Faleceu no dia 12 de abril do corrente, com 77 anos de idade, o maestro NELSON DA COSTA SANTOS, natural da freguesia da Tarouca.

Foi um cidadão exemplar e muito conhecido e reconhecido no meio musical tarouquense onde foi maestro durante vários anos da Banda Filarmónica de Tarouca.

O Maestro Nelson da Costa Santos dedicou-se durante várias décadas à divulgação musical na nossa comunidade, devotando-



2018.04.27

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

se à Banda Filarmónica de Tarouca, como também desenvolveu um importante trabalho de formação e desenvolvimento dos nossos jovens ao nível musical.

O Senhor Nelson como era conhecido das Bandas Filarmónicas do Concelho de Tarouca e da região, ajudou muitos jovens a serem músicos e homens.

O maestro Nelson da Costa Santos fica na história de Tarouca no que concerne ao património cultural e musical, ajudando a engrandecer a nossa imagem de tarouquenses dentro e fora das fronteiras concelhias naquilo que de bem se faz na música.

A música filarmónica enlutou-se pelo falecimento do distinto músico, pois a sua ação e devoção marcou várias gerações, como cidadão e músico teve um percurso exemplar de dedicação à música, tendo realizado um trabalho notável ao serviço da Banda Filarmónica de Tarouca.

Pessoa muito conceituada, conhecida e reconhecida no meio musical da região, foi também um cidadão exemplar, de seriedade e respeitabilidade, mensageiro dos valores da sã convivência, ressaltando da sua vida em comunidade a dimensão humana, profissional e de memória.

Porque as pessoas só morrem quando nos esquecemos delas, devemos perpetuar a sua memória, mostrando-lhe enaltecido reconhecimento e eterna gratidão, associando a este voto de pesar uma singela, mas justa, homenagem, ao Homem e cidadão. Assim, a Assembleia Municipal de Tarouca, que, envolvendo o movimento associativo e suas bandas filarmónicas, curva-se respeitosamente em memória do músico e cidadão Nelson da Costa Santos, presta o seu pesar pela perda de um Homem da Música que muito dedicou do seu tempo para enriquecer a cultura musical deste concelho, carregando com afinco a responsabilidade de mostrar ao mundo o trabalho de jovens e adultos que tocavam sob sua regência, e apresenta o seu testemunho de pesar à sua família enlutada, prestando a homenagem que o seu exemplo de vida merece, pois, deixou mais pobre o mundo cultural deste concelho e região.

Sentidas condolências à família.

O membro da Assembleia Municipal de Tarouca,
José António Amaro Nunes"

Procedeu-se à votação do presente voto de pesar, tendo sido o mesmo aprovado por unanimidade, o qual deverá ser transmitido à família.

O Senhor Presidente da Câmara disse que o Executivo se associa a este Voto de Pesar.

Passou-se de seguida à discussão da seguinte ordem do dia:

PONTO 1: APRECIACÃO DO INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS E RESPETIVA AVALIAÇÃO RELATIVO AO ANO DE 2017

Presente o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais do Município e a respetiva

avaliação, até trinta e um de dezembro de dois mil e dezassete, elaborado de acordo com o POCAL, no valor líquido de € 30.403.170,11 (trinta milhões e quatrocentos e três mil e cento e setenta euros e onze cêntimos), aprovado em reunião camarária de dezanove de abril corrente, o qual foi enviado previamente a todos os membros para apreciação.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que a passou ao Senhor Vice-Presidente.

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo explicou que apesar do esforço que têm vindo a fazer para inventariar todo o património do Município, os Auditores em relação ao inventário mantêm a mesma reserva dos anos anteriores, porque há um conjunto de caminhos, muros, etc. executados já há muitos anos, que continuam sem registo patrimonial. Referiu que esta é uma situação muito difícil de satisfazer na sua totalidade, por isso, essa reserva vai ainda manter-se por mais alguns anos.

Intervieram os seguintes membros:

- **Carlos Alberto Moura Cabral** - Iniciou por dizer que espera que o SNC venha trazer mais simplicidade à análise dos dados. Referiu que não o preocupa muito a reserva referida, no entanto entende que o Executivo pode melhorar no que respeita aos critérios das obras feitas por administração direta, porque isso pode influenciar significativamente a demonstração de resultados.

Referiu ainda que na inventariação dos bens, em termos de balanço, o ativo líquido dá umas ligeiras diferenças, umas mais relevantes do que outras, pois em termos brutos é concordante, mas em termos líquidos não é concordante, por isso solicita que num próximo inventário possam ser acertados aqueles valores.

- **José António Amaro Nunes** - Disse que relativamente aos bens anteriores a mil e novecentos e oitenta e oito havia um conceito de domínio público e de domínio privado do Município, que dificultava as avaliações, mesmo não sendo obrigatórias nessa altura, por isso, percebe-se as dificuldades na inventariação daqueles bens. Contudo, os Auditores vêm levantar também a questão das benfeitorias que são realizadas em bens já existentes e do melhoramento e reparação das obras por administração direta, perguntando porque é que consta esta reserva, uma vez que foram realizadas há pouco tempo.

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo explicou que o acerto dos ativos líquidos é um trabalho que tem vindo a ser feito e todos os anos têm vindo a ser melhorado, salientando que os valores não influenciam os *cash-flow*, tal como referiu o membro Carlos Alberto Moura Cabral.



Fl. 009

2018.04.27

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Relativamente à capitalização das benfeitorias e das reparações, explicou que já foi este Executivo que, no segundo ano de mandato, as começou a contabilizar, porque anteriormente nada era contabilizado. Explicou ainda que no segundo semestre de dois mil e quinze iniciaram a introdução no Município do Programa de Gestão de Atividades, para contabilizar essas obras, o que vem sendo feito, mas é uma questão de evolução, pois não se consegue de uma hora para a outra obrigar todos os funcionários a fazer todos os registos que são necessários.

Não havendo mais intervenções, foi apreciado e tomado conhecimento do inventário, bem como de todos os documentos que o compõem e da respetiva avaliação, referente ao ano de dois mil e dezassete.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 2. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS REFERENTES AO ANO DE 2017

Presentes os documentos de prestação de contas referentes ao ano de dois mil e dezassete, elaborados nos termos do Decreto - Lei nº 59-A/99, de vinte e dois de fevereiro e da Resolução do Tribunal de Contas número 4/2001, de 18 de agosto de 2001, acompanhados da certificação legal de contas e do parecer sobre as mesmas, apresentados pela sociedade de revisores oficiais de contas "BDO & Associados, SROC, Lda." aprovados em reunião ordinária da Câmara Municipal de dezanove de abril corrente, os quais foram enviados previamente a todos os membros para apreciação.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara iniciou por dirigir uma palavra à Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira e a todos os colaboradores da Secção de Contabilidade pela total disponibilidade para a elaboração destes documentos e ainda ao Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo pela forma responsável como acompanhou os trabalhos.

Explicou que, mais uma vez, este Executivo fez o que era possível para cumprir a execução orçamental, tendo chegado aos 84%.

Destacou as obras que vão sendo feitas nas freguesias com vista à satisfação das necessidades da população, em estreita colaboração com os Senhores Presidentes de Junta de freguesia, a quem agradeceu a cooperação.

Manifestou ainda o seu reconhecimento aos funcionários do Município pelos trabalhos difíceis e de qualidade que têm sido executados nas obras por administração direta.

Referiu que foram eleitas, como áreas prioritárias para o Município, a saúde, a educação, o empreendedorismo e a ação social.

Relativamente à saúde, disse que mantém um relacionamento excelente com o Coordenador do Centro de Saúde, havendo uma excelente parceria entre ambas as instituições.

Quanto ao ensino, disse que a melhoria dos resultados em muito se deve ao trabalho dos Professores e do Diretor do Agrupamento, mas também ao trabalho que é feito fora da sala de aula, que tem contribuído para que não haja abandono escolar, ao contrário do que acontece em muitos outros concelhos.

No que respeita ao empreendedorismo, explicou que tudo têm feito para ajudar e acompanhar os empreendedores do Concelho, em tudo o que lhes é possível, para além da criação da Área de Acolhimento Empresarial para incentivar que mais empreendedores se instalem no Concelho.

No que concerne à ação social, salientou o transporte dos doentes oncológicos mais carenciados para o IPO, que tem ajudado muitas pessoas do Concelho, e que julga que é uma grande obra social. Salientou ainda o levantamento que está a ser realizado dos idosos mais isolados do Concelho, com o intuito de ser feito o respetivo acompanhamento.

Intervenção de seguida o Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo que iniciou por agradecer a todos os colaboradores do Município por terem percebido as dificuldades que a Autarquia estava a passar e terem-se empenhado em colaborar.

Explicou que o Município apresenta ainda as Contas pela contabilidade orçamental, ou seja, baseada no POCAL, cujas avaliações são feitas pelos valores que se pagam e os que se recebem, por isso, quando é feita uma grande despesa e não é paga, ela não entra na despesa, só quando é paga é que entra na despesa, o que cria alguns desequilíbrios e desvios nas contas que não deveriam acontecer.

Relativamente ao SNC-AP, explicou que se trata da contabilidade patrimonial, que regista as dívidas e são logo colocadas na execução orçamental, quer seja receita ou despesa, por isso permite uma visão muito mais real das contas do Município. Salientou que a sua apresentação das contas vai-se prender com as duas contabilidades.

Explicou que no ano de dois mil e dezasseis os Municípios Portugueses estavam com a responsabilidade legal de iniciar a sua contabilidade com o SNC-AP, mas em dezembro de dois mil e quinze saiu uma norma a adiar a sua aplicação. No ano de dois mil e dezassete foram enviados vários funcionários do Município para formação, porque em dois mil e dezoito tinha legalmente de se iniciar o SNC-AP, contudo, em dezembro de dois mil e dezassete saiu mais uma norma a adiar para o próximo ano. O que na sua opinião só serve para adiar a solução.

Quanto às Grandes Opções do Plano, explicou que dos cinco milhões e trezentos mil euros previstos, foram executados



Fl. 010

2018.04.27

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

apenas três milhões e trezentos mil, devendo-se esse desvio essencialmente aos atrasos verificados nas candidaturas ao Quadro Comunitário Portugal 2020, nomeadamente no que respeita às áreas de reabilitação urbana, à eficiência energética para os edifícios públicos, às redes de águas e saneamentos e ao cadastro das redes de águas e saneamento e também por causa do PROVERE, cujo acordo só foi assinado em dois mil e dezoito, e que estava previsto para o início de dois mil e dezassete. Aproveitou para informar que a Câmara Municipal se candidatou a todos os fundos comunitários que abriram durante o ano de dois mil e dezassete.

Salientou que as atividades com maior peso relativo em dois mil e dezassete foram as funções sociais, nomeadamente a habitação e serviços coletivos, que incluiu diversos investimentos em redes de saneamento e águas, etars de Ucanha e Gouviães, o início dos trabalhos em Alcácima e o PDM. Seguiram-se as funções económicas, designadamente a indústria e a energia, e o que mais pesou foram as obras de construção da área de acolhimento empresarial.

Prosseguiu referindo que a taxa de execução orçamental da receita foi de cerca de 84%, tendo ficado a 1% do objetivo a atingir, salientou ainda que a receita total deverá ser olhada com menos 5,1 milhões de euros, tendo em conta a renegociação do Plano de Saneamento Financeiro, que aumentou a despesa e a receita do Município. Quanto aos desvios, disse que a explicação é a mesma que já foi dada.

Quanto à taxa de execução orçamental da despesa, analisando-a sem o valor da renegociação do PSF, informou que o peso da despesa com recursos humanos é de 43,59% na despesa total; e que o pagamento de empréstimos durante o ano ascendeu a 857.611€. Informou ainda que a aquisição de bens e serviços não aumentou, o que aconteceu foi que pagaram mais, quer às Águas do Norte, que à EDP, através dos acordos celebrados.

Relativamente à dívida total, disse que saiu há pouco tempo uma notícia nos órgãos de comunicação social que o Município de Tarouca estava entre os 27 Municípios com excesso de endividamento. Considera esta notícia injusta, pois para quem chegou a este Município há quatro anos, em dois mil e treze, e encontrou um excesso de endividamento de cinco milhões e quatrocentos mil euros, conseguindo fechar o ano de dois mil e dezassete com apenas cento e trinta e nove mil euros de endividamento, julga que a comunicação social deveria fazer um trabalho mais sério. Ou seja, deveriam salientar a excelente recuperação conseguida por este Município em quatro anos, de mais de cinco milhões de euros. Ressaltou ainda, em termos de endividamento, que cumpriram o Plano de Saneamento Financeiro, o qual obrigava a uma redução de 10% do valor do excesso e em 2017 foi reduzido o valor em cerca de 83%. Acrescentou que no fecho do primeiro trimestre de 2018 já tinham apenas um excesso de

endividamento de 29.000 euros, esperando que no final do corrente ano, consigam sair do excesso de endividamento, porque os limita a muitos níveis.

Prosseguiu referindo que o Município conseguiu reduzir os pagamentos em atraso a mais de 90 dias em 21,67%. Informou ainda que o prazo médio de pagamentos é de 251 dias, porque na fórmula de cálculo estão incluídos os acordos com a empresa "Águas do Norte, SA", apesar de estes não se encontrarem vencidos nem serem uma obrigação de pagamento, têm um enorme peso, pois se forem retirados esses acordos, o prazo médio de pagamentos fica em 124 dias.

No que respeita aos gastos, explicou que conseguiram diminuir o fornecimento de serviços externos em cerca de cento e noventa mil euros, tendo ressaltado o aumento de gastos com pessoal em € 70.000,00, por causa do aumento do salário mínimo, e o facto das transferências correntes terem sido reduzidas em cerca de 25%

Salientou que ao nível das receitas, houve uma pequena recuperação nas taxas e nos IMIs em cerca de 80.000€, no entanto, não pode deixar de referir a injustiça social que continua a existir pelo facto de se manterem as isenções automáticas do IMI, que influenciam negativamente as contas em cerca de duzentos mil euros.

Referiu os proveitos do exercício, destacando a grande dependência do Município das transferências do Estado em cerca de 67%.

Relativamente ao ativo, disse que 96% se refere a imobilizado. E quanto ao passivo, salientou que o valor total da dívida diminuiu em cerca de 700.000 euros.

Concluiu informando que o resultado líquido de exercício foi no valor de 544,53 euros negativos, o qual será transferido para resultados transitados.

Intervieram os seguintes membros:

- **Rui Fernando Guedes Raimundo** - Deu os parabéns ao Executivo pelos resultados apresentados nas contas, pois nota-se um grande esforço para reduzir o endividamento, sem nunca terem descurado a parte social.

- **Carlos Alberto Moura Cabral** - Agradeceu a explicação do Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo, tendo referido que não percebe por que motivo é que os Municípios estão com receio de mudar para o SNC-AP, porque tem a certeza que os ajudaria muito nas análises financeiras e económicas.

Fez votos para um aumento do grau de execução orçamental, apesar de não terem estado muito longe do objetivo.

Quanto ao endividamento, considera muito importante que se continuem a esforçar para saírem do excesso de endividamento. Contudo, manifestou preocupação relativa às dívidas à empresa "Águas do Norte, SA", cujos processos decorrem em Tribunal, e que ainda não estão decididos, mas



Fl. 011

2018.04.27

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

que, tecnicamente, deviam ter provisão, tal como é referido pelos Auditores na ênfase que colocaram no relatório. Alertou ainda para alguns erros nas datas constantes do documento.

Solicitou informação sobre as participações financeiras do Município nas diversas empresas, o que futuramente julga que ficará mais claro com o SNC. A propósito, fez votos para que a Régiefrutas cresça, porque será bom para todos.

- **José António Amaro Nunes** - Disse que nada tem a apontar do ponto de vista técnico aos documentos em aprovação, que se devem ao trabalho dos funcionários do Município.

Referiu que se nota a preocupação do Executivo em reduzir o excesso de endividamento, que merece o apoio de todos.

Referiu que depois de decorridos os três anos de carência do empréstimo de saneamento financeiro e verificando-se a alteração das premissas previstas, havia condições jurídicas e legais para a renegociação daquele empréstimo, o que aconteceu em dois mil e dezassete, com o que se congratulou, a bem das contas públicas do Município. Até porque o aumento das receitas próprias que inicialmente se previa foi condicionado, por exemplo, pela questão do IMI automático, tal como aqui já foi referido.

Referiu que uma das questões que se levantou na campanha eleitoral teve a ver com as provisões e com a diferença de um milhão nas contas do Município, relativa à dívida que não foi reconhecida pelo Município por estar em processo de contencioso e que é referida como ênfase pelos Auditores. Solicitou por isso explicação sobre este assunto.

- **António Luís Carrapa Sarmento** - Disse que também gostaria de ouvir a explicação à questão colocada pelo anterior membro. Salientou que independentemente do referido milhão ser ou não contabilizado, o facto é que dois mil e dezassete foi um ano de eleições e a despesa diminuiu, o que não aconteceu na maioria dos Municípios, e que é salutar, mostrando bem a preocupação do Executivo em diminuir a despesa.

Salientou a excelente taxa de execução orçamental de 84%, e ainda o facto de no período compreendido entre dois mil e treze a dois mil e dezassete ter havido uma diminuição substancial da dívida do Município.

Interveio de seguida o Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo tendo iniciado por pedir desculpas por se ter esquecido na sua intervenção de falar nas ênfases.

Quanto à redução da dívida, explicou que, quando falou em cinco milhões e quatrocentos mil euros de dívida no final de dois mil e treze, não contou com o valor de um milhão e quatrocentos mil euros de dívida às Aguas do Norte, porque se o tivesse feito, a dívida seria de seis milhões e oitocentos mil euros. Explicou ainda que aquela dívida se reportava ao ano de dois mil e onze e nunca foi considerada

em nenhuma das contas desta Câmara Municipal desde essa altura. Referiu que, neste momento, a dívida às Águas do Norte, já é só de um milhão e cem mil, porque o Município ganhou em Tribunal uma das causas, de cerca de trezentos mil euros. Desta forma, existem sinais positivos de que a decisão possa ser favorável ao Município, por isso o Auditor, nos anteriores relatórios às contas, fez sempre uma reserva e este ano fez apenas uma ênfase.

Salientou que nunca desapareceu nenhum milhão das contas do Município, pois ele nunca lá esteve desde dois mil e onze. Disse ainda que politicamente até era melhor que estivesse contabilizado.

Relativamente ao SNC-AP, ressaltou que a Câmara Municipal e os seus técnicos não têm medo de o implementar e estão até com vontade de avançar.

Em relação aos investimentos financeiros, disse que, por exemplo, a Resinorte no ano findo distribuiu dividendos e por isso parece-lhe que até é um bom investimento.

Quanto ao Plano de Saneamento Financeiro, disse que foi votado nesta Assembleia Municipal por unanimidade em 2010, porque estava em causa o pagamento a fornecedores. Efetivamente, na renegociação do empréstimo as premissas foram ajustadas, porque os pressupostos em que assentavam não eram lógicos, no entanto, tiveram de viver com aqueles pressupostos entre dois mil e catorze e dois mil e dezasseis, porque só em dois mil e dezassete o Governo permitiu que o Plano de Saneamento Financeiro fosse renegociado. Acrescentou que, também foi o atual Governo que tomou a decisão do IMI automático que colocou os Municípios nesta difícil situação, porque o que podia ser a solução, passou a ser um problema.

Intervieram ainda os seguintes membros:

- **Carlos Alberto Moura Cabral** - Congratulou-se com o facto de o Município ter ganho uma das ações às Águas do Norte, o que não quer dizer que vá ganhar as outras ações, contudo é um bom sinal. Reconheceu ainda o esforço financeiro que tem sido feito, sem colocar em causa a função social da Município.

Disse que votará a favor dos documentos, porque houve uma solução de compromisso, apesar de tecnicamente continuar a achar que devia haver provisão daquela dívida, dado o risco que existe.

- **Carlos Alberto dos Santos Assunção Teixeira** - Deu os parabéns ao Executivo pelo esforço incrível que fez para a diminuição do endividamento, tendo salientado que em dois mil e dez aprovou o Plano de Saneamento Financeiro, porque a dívida já existia e os fornecedores precisavam de receber, apesar de ter dito na altura que não acreditava na evolução dos valores projetados. Contudo, felizmente, tudo se está a compor, dando por isso os parabéns ao Executivo.



Fl. 012

2018.04.27

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Interveio o Senhor Presidente da Câmara tendo felicitado os membros Rui Fernando Guedes Raimundo, António Luís Carrapa Sarmiento e Carlos Alberto dos Santos Assunção Teixeira pelas palavras de encorajamento que dirigiram ao Executivo, salientando que as palavras dos membros Carlos Alberto Moura Cabral e José António Amaro Nunes, podem não ter sido de encorajamento, mas foram sérias, pelo que lhes agradece porque estava em causa o bom nome do Executivo. Quando há alguém que afirma que há desvio de um milhão fica sempre a dúvida, por isso agradeceu por terem trazido esse assunto à reunião, esperando que tenham ficado devidamente esclarecidos sobre o mesmo.

Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou os documentos à votação, tendo sido deliberado por unanimidade o seguinte:

- ☐ Aprovar os documentos de prestação de contas referentes ao ano de dois mil e dezassete;
- ☐ Aprovar o relatório de gestão;
- ☐ Aprovar a proposta de aplicação do resultado líquido do exercício, constante do relatório de gestão, onde se verifica que foi obtido o valor de € no valor de € 544,53 negativos (quinhentos e quarenta e quatro euros e cinquenta e três cêntimos negativos), o qual deverá ser transferido para resultados transitados, e que a seguir se transcreve na íntegra:

"De acordo com o definido no POCAL, o resultado líquido do exercício, deverá ter o seguinte tratamento:

"2.7.3.1. Aplicação aprovada pelo órgão deliberativo, mediante proposta fundamentada do órgão executivo.

2.7.3.2. No início de cada exercício, o resultado líquido do exercício anterior é transferido para a conta 59 "Resultados transitados".

Assim, em conformidade com o definido no POCAL, propõe-se que o resultado líquido do exercício de 2017, no valor de € 544,53 negativos, seja transferido para resultados transitados."

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

Nesta altura da reunião, pelas dezassete horas e trinta e cinco minutos foi feito um intervalo.

Foram retomados os trabalhos pelas dezassete horas e cinquenta minutos, sem a presença dos membros Manuel Francisco Alves Pinto Laranjo e Rui Fernando Guedes Raimundo.

PONTO 3. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO 1º RELATÓRIO SEMESTRAL SOBRE A EXECUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO AJUSTADO - EMPRÉSTIMO DESTINADO A SANEAMENTO FINANCEIRO NO MONTANTE DE € 5.136.622,73, CONTRATADO EM 24.04.2017

Presente o primeiro relatório semestral sobre a execução do Plano de Saneamento Financeiro ajustado, até 31.12.2017,

relativo ao empréstimo destinado a saneamento financeiro no montante de € 5.136.622,73, contratado em 24.04.2017, aprovado pela Câmara Municipal em sua reunião de dezanove de abril corrente, o qual foi enviado a todos os membros antecipadamente.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavras ao Senhor Presidente da Câmara, que a passou ao Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo.

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo iniciou por explicar que o facto dos semestres do antigo Plano de Saneamento financeiro não coincidirem com os semestres normais, vinha constituindo uma dificuldade para a análise dos dados. Por isso, por razões de simplificação da recolha e análise de informação, decidiram informar a DGAL que iriam apresentar os relatórios semestrais de execução do plano de saneamento financeiro ajustado até 30.06 relativamente ao 1º semestre e até 31.12 em relação ao 2º semestre, coincidindo assim com a prestação de contas.

Prosseguiu informando que conseguiram cumprir em 74% o Plano de Saneamento Financeiro, tendo 26% de incumprimentos, os quais na sua maioria são de valores reduzidos, tendo passado a demonstrar os cumprimentos e os incumprimentos.

Concluiu salientando que, na generalidade o Plano de Saneamento Financeiro, no que se refere à redução da dívida, foi cumprido e superado, acima do que foi previsto.

Intervieram os seguintes membros:

- **Carlos Alberto Moura Cabral** - Disse que devem continuar a fazer esforços no sentido de cumprir as metas que se propõem atingir, as quais foram quase atingidas e por isso considera que estão no bom caminho e que devem continuar na mesma senda.

- **José António Amaro Nunes** - Solicitou os seguintes esclarecimentos:

- Porque continua a aumentar o valor das horas extraordinárias?

- Como se conseguiu a diminuição do valor das remunerações relativas aos titulares dos órgãos autárquicos?

- Por que razão não foram cumpridos os valores dos juros de mora?

- Por que motivo não foi cumprido o valor da receita relativa à taxa do direito de passagem?

- Qual o motivo da prescrição das dívidas de leitura dos contadores?

Interveio de seguida o Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo tendo iniciado por agradecer as palavras de estímulo do membro Carlos Alberto Moura Cabral.

Ao membro José António Amaro Nunes explicou que o valor do aumento dos juros de mora se refere a custas de processo.



Fl. 013

2018.04.27

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Quanto à taxa dos direitos de passagem, a receita diminuiu porque os Tarouquenses pagaram menos às empresas de telecomunicações.

Em relação à leitura de contadores, explicou que é um projeto que integra a modernização administrativa e que está a ser implementado. O qual prevê a introdução de leitura diretamente num *Tablet*, bem como a possibilidade de o Município enviar a leitura diretamente através de uma APP.

Relativamente à diminuição das remunerações dos titulares dos órgãos autárquicos, explicou que aquele valor inclui as senhas de presença, e que, por exemplo, as faltas às reuniões do membro José António Amaro Nunes, quando era Vereador da Câmara Municipal, no anterior mandato, contribuíram para a referida diminuição.

Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação do plenário o documento, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar o primeiro relatório semestral sobre a execução do Plano de Saneamento Financeiro ajustado, relativo ao empréstimo destinado a saneamento financeiro no montante de € 5.136.622,73 (cinco milhões e cento e trinta e seis mil e seiscentos e vinte e dois euros e setenta e três cêntimos), contratado em vinte e quatro de abril de dois mil e dezassete, respeitante ao período até trinta e um de dezembro de dois mil e dezassete.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 4. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE € 300.000,00, NO PERÍODO DE VIGÊNCIA DO ORÇAMENTO DE 2018 (Nº 2 DO ARTIGO 49º DA LEI Nº 73/2013, DE 03.09)

Presente o pedido de autorização para contratação de um empréstimo a curto prazo no período de vigência do orçamento de 2018, em regime de conta-corrente, para ocorrer a dificuldades de tesouraria (nº2 do artigo 49º da Lei nº 73/2013, de 03.09), até ao montante de € 300.000,00, aprovado em reunião extraordinária da Câmara Municipal de 24 de abril de 2018, acompanhado do mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do Município, da única proposta recebida e da informação da Divisão Administrativa e Financeira, o qual foi enviado antecipadamente a todos os membros e que a seguir se transcreve:

"PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO NO PERÍODO DE VIGÊNCIA DO ORÇAMENTO DE 2018, EM REGIME DE CONTA-CORRENTE, PARA OCORRER A DIFICULDADES DE TESOURARIA, ATÉ AO MONTANTE DE € 300.000,00

PROPOSTA

Na sequência do meu despacho datado de 120 do corrente mês, proferido com fundamento em circunstâncias urgentes, foi

solicitada a apresentação de propostas a três instituições bancárias, das quais apenas uma respondeu.

Analizada a mesma, nos termos constantes da informação da Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira, datada de hoje, que aqui se dá por integralmente reproduzida, **proponho** a V. Exas. que esta Câmara Municipal, no uso da competência prevista na alínea ccc) do n°1 do artigo 33° do Anexo I à Lei n° 75/2013, de 12.09, delibere solicitar à Assembleia Municipal autorização, no uso da competência prevista na alínea f) do n°1 do artigo 25° do mesmo diploma, para contratar com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Beira Douro, CRL, com sede em Lamego, um empréstimo de curto prazo, em regime de conta-corrente, até ao montante de € 300.000,00 (trezentos mil euros), a utilizar durante o ano de 2018, apenas para ocorrer a dificuldades de tesouraria, à taxa de juro variável indexada à **Euribor a 6 meses**, acrescida do spread de **1,10%** (em qualquer circunstância, a taxa de juro nominal aplicável nunca será inferior ao "spread") e nas demais condições constantes da sua proposta.

Cumprimento do limite da dívida total, previsto no artigo 52° da Lei n° 73/2013, de 02.09: de acordo com o n°1 do artigo 50° do referido diploma, o empréstimo de curto prazo deve ser amortizado até ao final do exercício económico de 2018 e, por consequência, não gerará aumento da dívida total de operações orçamentais do município.

Junta-se em anexo mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município.

Anexos:

- a) 1 proposta recebida;
- b) Respostas das 2 outras instituições bancárias consultadas;
- c) informação da Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira;
- d) mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município.

Paços do Município, 24 de abril de 2018

O Presidente da Câmara,
a)Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara iniciou por explicar as diversas fases por que passaram antes de decidirem recorrer à expropriação da parcela de terreno destinada à criação da Área de Acolhimento Empresarial de Tarouca. Disse que lamenta que nunca tenham conseguido chegar a acordo com o proprietário do terreno, apesar das diversas tentativas que foram feitas e de lhes terem deixado dois lotes de terreno, para eles poderem construir habitações.

014
Fl.

2018.04.27

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Explicou ainda que, nas várias avaliações feitas da parcela de terreno em causa, o metro quadrado nunca ultrapassou os 7,56 euros, tendo a última avaliação atribuído o valor de 111.000,00 euros à parcela de terreno.

Prosseguiu dizendo que após terem recorrido à expropriação do terreno, o Secretário de Estado das Autarquias Locais declarou a utilidade pública da expropriação, e autorizou a tomada de posse administrativa da parcela de terreno em julho de dois mil e dezassete, tendo sido depositado o valor de 111.000,00 euros a favor dos expropriados.

Contudo, o processo seguiu para Tribunal e foi promovida a arbitragem, que avaliou a parcela no valor total de 277.000 euros, ou seja a 9,40 euros o metro quadrado. Não concordaram com este valor e, por isso, vão interpor recurso. Contudo, nesta fase torna-se necessário efetuar o depósito da quantia referida e, uma vez que não têm disponibilidade de tesouraria, foram obrigados a recorrer ao presente empréstimo, para posteriormente tentarem arranjar uma garantia bancária.

Salientou que este processo pode demorar anos a ser decidido em Tribunal, e até lá o expropriado não receberá qualquer valor, por isso gostariam de resolver esta situação sem Tribunal, o que seria melhor para todos.

Intervieram os seguintes membros:

- **Carlos Alberto Moura Cabral** - Disse que, perante a explicação do Senhor Presidente da Câmara, concorda plenamente com a decisão tomada pelo Executivo, sugerindo o recurso a uma garantia bancária, que ficará certamente mais barata.

- **José António Amaro Nunes** - Uma vez que o Município já depositou os 111.000,00 euros conforme o relatório do perito, e sendo de 277.000,00 o valor da avaliação da arbitragem, perguntou qual o motivo do valor deste empréstimo de 300.000, pois só faltam 166.000,00 euros.

- **António Luís Carrapa Sarmiento** - Disse que depois das explicações do Senhor Presidente da Câmara, considera que estão a ser bem defendidos os interesses do Município.

Interveio o Senhor Presidente da Câmara tendo informado que o valor do empréstimo é apenas para precaver alguma necessidade que possa ocorrer e que os obrigue a utilizar o valor que foi depositado.

Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação do plenário a presente proposta, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a contratação com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Beira Douro, CRL, com sede em Lamego, um empréstimo de curto prazo, em regime de conta-corrente, até ao montante de € 300.000,00 (trezentos mil euros), a utilizar durante o ano de 2018, apenas para ocorrer a dificuldades de tesouraria, à taxa de juro variável indexada à Euribor a 6 meses,

acrescida do spread de 1,10% (em qualquer circunstância, a taxa de juro nominal aplicável nunca será inferior ao "spread") e nas demais condições constantes da sua proposta. Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 5. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS INERENTES AO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA EM MÉDIA TENSÃO (MT), BAIXA TENSÃO ESPECIAL (BTE) E BAIXA TENSÃO NORMAL (BTN) PARA AS DIVERSAS INSTALAÇÕES DO MUNICÍPIO

Presente a proposta de autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais inerentes ao fornecimento de energia elétrica em Média Tensão (MT), Baixa Tensão Especial (BTE) e Baixa Tensão Normal (BTN) para as diversas instalações do Município, aprovada pela Câmara Municipal em sua reunião de 5 de abril de 2018, a qual foi enviada antecipadamente a todos os membros para apreciação e que a seguir se transcreve:

"FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA EM MÉDIA TENSÃO (MT), BAIXA TENSÃO ESPECIAL (BTE) E BAIXA TENSÃO NORMAL (BTN) PARA AS DIVERSAS INSTALAÇÕES DO MUNICÍPIO

PROPOSTA

Considerando que:

1. Em outubro de 2017 foi lançado um procedimento de concurso público internacional para a aquisição de energia elétrica e gás natural que ficou deserto no lote correspondente à aquisição de energia elétrica;
2. Face ao anteriormente descrito foi deliberado pelos 19 municípios, na reunião do Conselho Intermunicipal da CIMDOURO realizada no passado dia 31 de janeiro de 2018, iniciar um novo procedimento para o fornecimento de energia elétrica em Média Tensão (MT), Baixa Tensão Especial (BTE) e Baixa Tensão Normal (BTN) para as diversas instalações de consumo dos municípios associados (incluindo as instalações Iluminação Pública), identificadas no Anexo ao Caderno de Encargos do procedimento aquisitivo que ora se vai propor seja ratificado, pelo prazo de 8+12 meses (de 1 de maio a 31 de dezembro de 2018, renovável até 31 de dezembro de 2019);
3. Algumas outras entidades do perímetro autárquico manifestaram também o interesse em reintegrar este procedimento;
4. Se afigura possível, e vantajoso, o relançamento de um único concurso com vista à celebração de um contrato de aquisição de energia, mantendo-se o anterior agrupamento das vinte e três entidades adjudicantes interessadas, à luz do disposto no artigo 39.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, mantendo-se, também, a designação da CIMDOURO



Fl. 015

2018.04.27

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

como representante de tal agrupamento, para efeitos de condução do procedimento de formação do contrato;

5. A decisão de contratar, a decisão de escolha do procedimento, a aprovação das peças do procedimento, a designação do júri, a decisão de qualificação dos candidatos e a decisão de adjudicação, bem como os restantes atos cuja competência esteja atribuída ao órgão com competência para a decisão de contratar, foram tomadas conjuntamente pelos municípios que integram o agrupamento, através da figura da conferência procedimental, prevista no final do n.º 3 do artigo 39º do CCP, realizada no referido dia 31 de janeiro de 2018;

6. Sendo a figura da aprovação por conferência procedimental um processo novo e sem antecedentes na contratação pública, e por uma questão de segurança jurídica, devem os atos praticados ser ratificados pelos órgãos competentes de cada município;

7. No que ao Município de Tarouca diz respeito, o órgão competente para contratar, autorizar a despesa, escolher o procedimento, aprovar os documentos pré-contratuais, aprovar a minuta de contrato, bem como para quaisquer outros atos inerentes ao procedimento aquisitivo em apreço é a **Câmara Municipal**, uma vez que se estima que, tendo em conta os consumos e valores atuais do mercado, com a execução de todas as prestações relativas ao Município de Tarouca que constituem o objeto do contrato, o preço contratual a pagar pelo Município **referente às componentes de Energia Ativa do Mercado Liberalizado**, possa ser na ordem dos **279.445,13 €**, repartido por 111.778,06 € em 2018 e 167.667,07€ em 2019, a que acrescerão as parcelas relativas a outras componentes taxadas nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis, e consequentemente não sujeitas a concurso, nomeadamente as tarifas relativas às parcelas das Componentes de Acesso às Redes, fixadas pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), tais como as tarifas de potência (incluindo potência contratada e em horas de ponta), de energia ativa (incluindo tarifas simples, horas de ponta, cheias, fora de vazio, vazio normal e super vazio) e de energia reativa fornecida e recebida das instalações em Média Tensão (MT), Baixa Tensão Especial e Baixa Tensão Normal, e ainda as taxas de radiodifusão e o imposto especial sobre o consumo de eletricidade, acrescendo-se igualmente os respetivos IVAs às taxas legais em vigor.

8. O encargo total com o contrato (com todas as componentes referidas no ponto anterior) estima-se em **818.432,74 €**, cujos encargos terão reflexos em 2018 (319.986,37 €) e 2019 (498.446,37 €), acautelando-se o montante do contrato para 2019 em sede de elaboração dos documentos previsionais desse ano, se a renovação do contrato for efetivada.

9. De acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho (regime jurídico da realização das despesas públicas) e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, é necessário obter da Assembleia Municipal a autorização prévia para a assunção dos compromissos plurianuais inerentes ao contrato a celebrar, compromissos plurianuais esses a autorizar em valor correspondente ao dos encargos de 2019, e que se estimam, como referido, no valor de 498.446,37 €, caso se pretenda efetivar a renovação prevista.

Tenho a honra de propor que a **Câmara Municipal** delibere:

a. Ratificar a manutenção da validade do protocolo celebrado entre a CIMDOURO - Comunidade Intermunicipal do Douro e os Municípios de Alijó, Armamar, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Lamego, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Moimenta da Beira, Penedono, S. João da Pesqueira, Sernancelhe, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Tabuaço, Tarouca, Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa e Vila Real, a EMARVR - Empresa municipal de águas e resíduos de vila real, E.M., a Vila Real Social Habitação E.M e a Freguesia do Pinhão, e que visou o estabelecimento de regras para constituição do agrupamento de entidades adjudicantes para lançamento de procedimento aquisitivo e subsequente celebração de contrato(s) em ordem à aquisição de energia elétrica em Média Tensão, Baixa Tensão Especial e Baixa Tensão Normal, para as diversas instalações das entidades subscritoras;

b. Ratificar a autorização para início e tipo de procedimento - que correrá sob a forma de concurso público, com publicitação no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia, em conformidade, designadamente, com o previsto nos artigos 16.º n.º 1, alínea c); 17.º; 18.º e 20.º n.º 1, alínea a), todos do Código dos Contratos Públicos - tomada por conferência procedimental no passado dia 31 de janeiro de 2018;

c. Ratificar a designação da Comunidade Intermunicipal do Douro como representante do Agrupamento delegando-lhe as competências necessárias para promover e praticar todos os atos e procedimentos necessários com vista ao lançamento do concurso, nos termos do previsto nas cláusulas 4ª e 8ª do Protocolo acima referido.

d. Remeter presente proposta à Assembleia Municipal para aprovação da autorização prévia para a assunção dos compromissos plurianuais inerentes ao(s) contrato(s) a celebrar, de acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho (regime jurídico da realização das despesas públicas) e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, compromissos plurianuais esses a autorizar em valor



Fl. 016

2018.04.27

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

correspondente ao dos encargos de 2019, e que se estimam no valor total de €498.446,37.

Tarouca, 3 de abril de 2018.

O Presidente da Câmara,
Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**, que explicou que esta proposta já foi aprovada anteriormente por este órgão, só que o concurso ficou deserto e, por isso, é necessária nova autorização.

Não tendo havido mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação do plenário a presente proposta, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a autorização prévia para a assunção dos compromissos plurianuais inerentes ao(s) contrato(s) a celebrar para aquisição de Energia Elétrica em Média Tensão, Baixa Tensão Especial e Baixa Tensão Normal para as Diversas Instalações do Município de Tarouca, de acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho (regime jurídico da realização das despesas públicas) e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, compromissos plurianuais esses a autorizar em valor correspondente ao dos encargos de 2019, e que se estimam no valor total de €498.446,37.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 6. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE NOMEAÇÃO DA SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, "BDO & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES DE CONTAS, LDA.", COMO AUDITORA EXTERNA RESPONSÁVEL PELA CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS, NOS TERMOS DOS ARTIGOS 76.º E 77.º DA LEI N.º 73/2013, DE 03.09, PARA OS ANOS DE 2018 E 2019

Presente a proposta de nomeação da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas "BDO & Associados, Sociedade de Revisores de Contas, Lda." como auditora externa responsável pela certificação legal de contas, nos termos dos artigos 76.º e 77.º da lei n.º 73/2013, de 03.09, para os anos de 2018 e 2019, aprovada em reunião da Câmara Municipal de dezanove de abril corrente, a qual foi enviada antecipadamente a todos os membros, e que a seguir se transcreve:

"NOMEAÇÃO DA SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, "BDO & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES DE CONTAS, LDA", COMO AUDITORA EXTERNA RESPONSÁVEL PELA CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS, NOS TERMOS DOS ARTIGOS 76.º E 77.º DA LEI N.º 73/2013, DE 03.09, PARA OS ANOS DE 2018 E 2019

PROPOSTA

De acordo com o n.º 1 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, os documentos de prestação de contas do Município (obrigado à adoção de contabilidade patrimonial) são remetidos ao órgão deliberativo para apreciação, juntamente

com a certificação legal de contas e o parecer sobre as mesmas, apresentado pelo revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas.

O auditor externo, responsável pela certificação legal de contas, é nomeado por deliberação do órgão deliberativo, sob proposta do órgão executivo, de entre revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas (nº1 do artigo 77º).

Neste contexto legal, pretende-se manter a prestação destes serviços, nos anos de 2018 e 2019, a cargo da sociedade "BDO & Associados, Sociedade de Revisores de Contas, Lda", com sede em Lisboa, pelo valor máximo de € 15 000,00, a que acresce o IVA à taxa legal em vigor.

Assim,

Proponho a V. Excias que esta Câmara Municipal no uso da competência prevista no nº 2 do artigo 77º da Lei nº 73/2013, de 3.09, delibere propor à Assembleia Municipal a nomeação da sociedade de revisores oficiais de contas, "BDO & Associados, Sociedade de Revisores de Contas, Lda", com sede em Lisboa, como auditora externa responsável pela certificação legal de contas, nos termos dos artigos 76º e 77º da Lei nº 73/2013, de 03.09, nos anos de 2018 e 2019.

Anexo: BDO - Relatório de transparência de 2017

Paços do Município, 10 de abril de 2018

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que a passou ao Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo.

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo informou que estão satisfeitos com o trabalho dos revisores oficiais de contas, porque têm permitido melhorar os procedimentos na área financeira e a qualidade da prestação de contas apresentada, para além de que sempre têm demonstrado ter os melhores preços.

Interveio o membro Carlos Alberto Moura Cabral tendo dito que às vezes é útil a mudança e que não se devem acomodar a um auditor, contudo o preço não lhe parece nada exagerado.

Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação do plenário a presente proposta, tendo sido deliberado por unanimidade nomear a sociedade de revisores oficiais de contas, "BDO & Associados, Sociedade de Revisores de Contas, Lda.", com sede em Lisboa, como auditora externa responsável pela certificação legal de contas, nos termos dos artigos 76º e 77º da Lei nº 73/2013, de 03.09, para os anos de 2018 e 2019.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.



Fl. 017

2018.04.27

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL****PONTO 7. DECLARAÇÕES EMITIDAS AO ABRIGO DO N° 1 DO ART. 15° DA LEI N° 8/2012, DE 21.02**

Presentes as seguintes declarações emitidas ao abrigo do n° 1 do art. 15° da Lei n° 8/2012, de 21.02, das quais foi tomado conhecimento em reunião da Câmara Municipal de 8 de março de 2018, e que foram remetidas com a devida antecedência a todos os membros e que a seguir se transcrevem:

a) declaração dos compromissos plurianuais existentes a 31 de dezembro de 2017:**"DECLARAÇÃO**

Para efeitos do disposto na alínea a) do n°1 do artigo 15° da Lei n° 8/2012, 21.02, alterada e republicada pela Lei n° 22/2015, de 17.03, declara-se que todos os compromissos plurianuais existentes a **31 de dezembro de 2017** se encontram devidamente registados na base de dados central de encargos plurianuais (aplicação informática do POCAL).

Envie-se à assembleia municipal e à câmara municipal e publicite-se no sítio da Internet do Município, juntando-se depois aos documentos de prestação de contas de 2017.

Paços do Município, 23 de janeiro de 2018.

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

b) declaração dos recebimentos em atraso existentes a 31 de dezembro de 2017:**"DECLARAÇÃO**

Para efeitos do disposto na alínea b) do n°1 do artigo 15° da Lei n° 8/2012, 21.02, alterada e republicada pela Lei n° 22/2015, de 17.03, declara-se que todos os recebimentos em atraso existentes a **31 de dezembro de 2017** são os identificados no Anexo à presente declaração, que contém 1 página, perfazendo o montante total de **€ 76.666,01**.

Envie-se à assembleia municipal e à câmara municipal e publicite-se no sítio da Internet do Município, juntando-se também aos documentos de prestação de contas de 2017, dos quais fazem parte integrante.

Paços do Município, 23 de janeiro de 2018.

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

c) declaração dos pagamentos em atraso existentes a 31 de dezembro de 2017:**"DECLARAÇÃO**

Para efeitos do disposto na alínea b) do n°1 do artigo 15° da Lei n° 8/2012, 21.02, alterada e republicada pela Lei n° 22/2015, de 17.03, declara-se que todos os pagamentos em atraso existentes a **31 de dezembro de 2017** são os identificados no Anexo à presente declaração, que contém 38 páginas, perfazendo o montante total de **€ 455.966,38**.

Envie-se à assembleia municipal e à câmara municipal e publicite-se no sítio da Internet do Município, juntando-se também aos documentos de prestação de contas de 2017, dos quais fazem parte integrante.

Paços do Município, 23 de janeiro de 2018.

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

Não houve intervenções.

Foi tomado conhecimento das presentes declarações.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 8. APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO RESPEITANTE À AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS RESPEITANTE AO PERÍODO DE 10.02.2018 a 16.04.2018

Presente a informação aprovada em reunião da Câmara Municipal de dezanove de abril corrente, respeitante aos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização genérica concedida por deliberação da Assembleia Municipal de 15.12.2017, respeitante ao período de 10.02.2018 a 16.04.2018, a qual foi enviada antecipadamente a todos os membros para apreciação, e que a seguir se transcreve:

"AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS OU A SUA REPROGRAMAÇÃO

INFORMAÇÃO REFERENTE AO PERÍODO DE 10.02.2018 a 16.04.2018

Para efeitos de cumprimento da obrigação de informação à Assembleia Municipal sobre os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização genérica concedida por deliberação daquele órgão datada de 15.12.2017, aquando da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2018, junto se anexa a respetiva lista, até 16.04.2018, cujos valores são os seguintes:

Período de 10.02.2018 A 16.04.2018		
Ano	Valor do Período	Valor Acumulado desde 2018.01.01
2019	198.639,48	474.070,33 €
2020	175.722,14€	404.167,00 €
2021	76.268,72€	292.268,72 €
	450.680,34 €	1.170.506,05 €


Paços do Município, 16.04.2018

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

Não houve intervenções.



018
Fl. 
2018.04.27

MUNICÍPIO DE TAROUCA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Foi tomado conhecimento da informação respeitante aos compromissos com encargos plurianuais assumidos no período de 10.02.2018 a 16.04.2018.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 9. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO GRAU DE OBSERVÂNCIA DO RESPEITO PELOS DIREITOS E GARANTIAS CONSTANTES DA LEI N° 24/98, DE 26 DE MAIO, REFERENTE AO ANO DE 2017

Presente o relatório de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias constantes da Lei n° 24/98, de 26 de maio - Estatuto do Direito de Oposição, referente ao ano de 2017.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que a passou ao Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo.

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo explicou que esta foi a primeira vez no seu mandato que a Câmara Municipal emitiu este relatório, salientando que tem sempre reunido com antecedência com os Senhores Vereadores da oposição para explicar previamente os documentos mais importantes.

Foi tomado conhecimento do relatório de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias constantes da Lei n° 24/98, de 26 de maio, referente ao ano de 2017.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 10 - APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, DA RESPECTIVA SITUAÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS DA PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NAS EMPRESAS LOCAIS E EM QUAISQUER OUTRAS ENTIDADES

Presente a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, da respetiva situação financeira e dos resultados da participação do Município nas empresas locais e em quaisquer outras entidades (alíneas b) e c) do n° 2 art. 25° da Lei n° 75/2013, de 12.09), a qual será arquivada sob o número oito, do maço de documentos número um do livro de atas número doze.

Não houve intervenções.

Foi tomado conhecimento.

Antes de terminar a reunião, a primeira secretária da Assembleia enalteceu, na pessoa da Senhora Presidente, a ação da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco de Tarouca, que zela pelo superior interesse de todas as crianças do Concelho, e que neste mês de abril, que é o mês da prevenção dos maus-tratos na infância, realizou um trabalho de sensibilização para esta causa, designadamente um calendário de afetos, entre outras ações. Para terminar o

mês, vai ser realizado um concerto no dia 30 de abril, no Auditório Municipal, cujo convite foi distribuído por todos. **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** deu conhecimento da criação do jornal eletrónico "Notas e Anotas" da Associação Vale Varosa, cuja iniciativa considera excelente para divulgar a nossa terra.

O Senhor Presidente da Câmara convidou todos os presentes para os seguintes eventos:

- Inauguração do memorial de homenagem aos combatentes do Concelho de Tarouca que participaram na Guerra do Ultramar - no dia 29 de abril;
- Programa Somos Portugal - no dia 20 de maio;
- Vale a Pena - Encontro de Autores Regionais - nos dias 25 e 26 de maio;
- Campeonato de Motocross - no dia 3 de junho.

Procedeu-se de seguida à leitura da minuta da ata, a qual foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a reunião pelas dezanove horas, da qual se lavrou a presente ata, que depois de aprovada vai ser assinada nos termos legais.

E eu, *Ante Maria Guerra Borges*, Coordenadora Técnica da Secção de Expediente Geral e Apoio aos Órgãos Autárquicos, designada para secretariar a reunião, a redigi e subscrevi.

O Presidente da Assembleia Municipal,

